

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>15</b>
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>34</b>
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>48</b>
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

**CAPÍTULO 7 ..... 54**

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

**CAPÍTULO 8 ..... 61**

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

**CAPÍTULO 9 ..... 76**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

**CAPÍTULO 10 ..... 88**

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

**CAPÍTULO 11 ..... 99**

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

**CAPÍTULO 13 ..... 124**

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro  
DOI 10.22533/at.ed.31319250613

**CAPÍTULO 14 ..... 136**

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André

DOI 10.22533/at.ed.31319250614

**CAPÍTULO 15 ..... 146**

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

DOI 10.22533/at.ed.31319250615

**CAPÍTULO 16 ..... 157**

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira

Tâmara Gabriella de Souza Cardoso

Joslei Viana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.31319250616

**CAPÍTULO 17 ..... 164**

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin

Edí Marise Barni

DOI 10.22533/at.ed.31319250617

**CAPÍTULO 18 ..... 175**

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Isabel Matos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.31319250618

**CAPÍTULO 19 ..... 189**

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição

DOI 10.22533/at.ed.31319250619

**CAPÍTULO 20 ..... 199**

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro

Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Jocilene Maria da Conceição Silva

DOI 10.22533/at.ed.31319250620

**CAPÍTULO 21 ..... 208**

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins



Sandra Regina Barbosa  
Edicléa Mascarenhas Fernandes  
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

**CAPÍTULO 22 ..... 215**

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri  
Nathalia Neresi Pavanelo  
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

**CAPÍTULO 23 ..... 227**

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz  
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

**CAPÍTULO 24 ..... 237**

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves  
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato  
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

**CAPÍTULO 26 ..... 260**

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva  
Hiran Pinel  
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 275**

## CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

### **Aline Soares Guimarães**

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação  
Brasília - DF

### **Angélica Marinna Cardoso Mota**

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação  
Brasília - DF

### **Camila Alves Lima Gomes**

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação  
Brasília - DF

### **Sinara Pollom Zardo**

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação  
Brasília - DF

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo apresentar a experiência de tutoria realizada na disciplina O Educando com Necessidades Educacionais Especiais (ENEE), ministrada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), e suas contribuições para o processo de formação de professores na área da educação especial/inclusiva. Trata-se de uma disciplina da graduação ofertada como obrigatória no curso de Pedagogia e optativa nos cursos de Ciências Naturais, Computação, Enfermagem, Física, História, Letras, Química, Química Tecnológica e Terapia Ocupacional; nos demais cursos de graduação da UnB, a disciplina é indicada como módulo livre. A pesquisa se fundamenta na abordagem

qualitativa e teve como instrumentos de geração de dados a realização de observações participantes registradas em diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com os estudantes de graduação ao término da disciplina. Os resultados demonstraram que a prática da tutoria se revela como excelente estratégia de orientação individual e coletiva nos trabalhos acadêmicos, favorece a utilização de metodologias participativas em sala de aula e instrumentaliza a realização de trabalhos em grupo fundamentados em práticas de pesquisa de campo que articulam a realidade escolar à formação de nível superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tutoria. Formação de professores. Educação especial/inclusiva.

**ABSTRACT:** This text aims to present the experience of mentoring activities performed in the subject Learners with Special Educational Needs (ENEE), taught at the Faculty of Education of the University of Brasilia (FE/UnB), and its contributions to the process of teacher training in the special/inclusive education area. It is a course of the graduation presented as mandatory in the course of Pedagogy and optional in the courses of Natural Sciences, Computer Science, Nursing, Physics, History, Letters, Chemistry, Technological Chemistry and Occupational Therapy; as for the other degree courses of UnB, the subject is indicated as a

free module. The research is based in the qualitative approach and had as instruments of generation of data the realization of participant observations registered in the field diary and semistructured interviews made with the graduation students at the end of the course. The results showed that the practice of mentoring reveals itself as an excellent strategy of individual and collective orientation on academic works, favoring the use of participative methods in the classroom and instrumentalize the accomplishment of group works substantiated on field search practices that articulate the school reality to the formation of higher education.

**KEYWORDS:** Mentoring. Teachers Formation. Special/Inclusive Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A última década foi marcada por importantes conquistas na positivação dos direitos das pessoas com deficiência, a exemplo da promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada pela ONU em 2006 - ratificada no Brasil como emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelo Decreto nº 6.949/2009 - e da publicação da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no Brasil.

Tais normativas, além de fortalecer a promoção e a garantia dos direitos humanos para as pessoas com deficiência, demarcam o processo de transição do modelo médico-clínico para o modelo social. Na perspectiva do modelo social, a deficiência é compreendida como uma condição humana que demanda de acessibilidade para participação nos diferentes contextos sociais.

A ampliação dos processos de participação das pessoas com deficiência na sociedade, seja na educação, no trabalho, no lazer ou em outros espaços, demanda da educação superior a reformulação dos processos formativos, de modo a inserir nos currículos das diferentes áreas do conhecimento disciplinas que tratem das especificidades do alunado da educação especial. Para além desta questão, emerge também a necessidade de trabalhar os fundamentos da educação inclusiva, a fim de formar profissionais conhecedores dos direitos humanos e que sejam capazes de respeitar e reconhecer a diferença do outro.

O presente trabalho objetiva apresentar a experiência de tutoria realizada na disciplina O Educando com Necessidades Educacionais Especiais (ENEE), ministrada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), e suas contribuições para o processo de formação de professores na área da educação especial/inclusiva.

Importante ressaltar que a referida disciplina foi proposta no Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia, aprovado em 2002, ou seja, anterior às normativas atuais que orientam a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos sistemas de ensino e que definem como público da modalidade os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (dentre outras, cf. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva (MEC, 2008), Resolução CNE/CEB N° 4/2009, Decreto N° 7.611/2011 e a Lei N° 12.796/2013).

Metodologicamente, a pesquisa se fundamenta na abordagem qualitativa e utilizou como instrumentos de geração de dados a realização de observações participantes registradas em diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com os estudantes de graduação ao término da disciplina. O texto estrutura-se em duas partes: a primeira, discorre sobre a formação de estudantes de licenciatura para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; e a segunda parte, apresenta as contribuições da experiência de tutoria realizada na disciplina ENEE, ministrada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB).

## **2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A história da educação brasileira demonstra como a educação especial se configurou como um sistema paralelo de ensino, designada para aqueles alunos que não conseguiam se “enquadrar” no padrão escolar. As primeiras ações na área da educação especial se caracterizaram pela organização de instituições exclusivas de educação especial, a exemplo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 – atualmente chamado Instituto Benjamin Constant, e do Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857 – atual Instituto Nacional de Surdos (INES). O descaso do poder público com a educação das pessoas com deficiência, bem como o assistencialismo, foram práticas que, segundo Mendes (2010), demarcaram a história da educação especial no Brasil, se estendendo desde a Primeira República (1889) até o período de redemocratização do país, com o fim do governo militar.

É a partir dos anos 90 que emerge a discussão sobre o acesso de todos à educação e sobre a necessidade de organização de escolas inclusivas, sobretudo com a promulgação da Declaração de Salamanca (1994), que orienta que os países signatários adotem leis ou políticas para promover a educação inclusiva nas escolas, a fim de que todas as crianças tenham garantido o direito à educação. Além disso, o documento reivindica que os Estados devem garantir, de forma sistêmica, programas que preparem os professores em exercício e em formação a atuarem no âmbito da educação especial e nas escolas inclusivas.

Tal perspectiva é fortalecida no Brasil a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à educação e ao atendimento educacional especializado para os alunos da educação especial.

Na atualidade, a educação inclusiva visa a escolarização para as pessoas à margem da sociedade, tendo também como objetivo a efetivação da inserção dessas pessoas na escola comum para interação e convívio com todas as pessoas. Assim,

a inclusão se baseia no princípio de que ela “começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa” (AINSCOW, 2009, p. 12) e na ideia de trabalhar incluindo a diversidade natural humana, contrariando a cultura da normalidade.

À vista disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define a educação especial como uma modalidade de ensino transversal aos níveis, etapas e demais modalidades da educação, delega a essa modalidade a função de ofertar recursos e serviços de acessibilidade complementar ou suplementar ao processo de escolarização, prevê a organização e oferta do atendimento educacional especializado e define como estudantes público alvo da educação especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No que se refere aos estudantes com transtornos funcionais específicos, a política afirma que a educação especial deve orientar o ensino comum sobre práticas pedagógicas que contemplem as especificidades desses estudantes.

Portanto, a educação especial na perspectiva da inclusão é recente e está sendo progressivamente adotada na formação e capacitação de profissionais para que se torne uma realidade. Assim, a educação inclusiva deve reconhecer a deficiência como uma forma de vivenciar o corpo (DINIZ et al., 2009) e promover a inclusão através da inserção dessas pessoas na sociedade. Por conseguinte, na educação superior a inclusão e os direitos humanos devem ser praticados transversalmente ao conhecimento científico, perpassando em todas as áreas de conhecimento.

Ainda no contexto das políticas brasileiras, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) foi ratificada como emenda constitucional por meio da publicação do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6.949/09. A constitucionalidade dos termos da Convenção no ordenamento jurídico nacional atribui a esta orientação a mais alta relevância jurídica, política e social. A Convenção da ONU pode ser referida, certamente, como uma das conquistas políticas principais da última década, por trazer fundamentos que contribuem para romper com a visão clínica e assistencialista da deficiência. O conceito de deficiência proposto pela Convenção não ignora os impedimentos e suas expressões. Tal perspectiva afirma que é da interação do corpo com impedimentos e as barreiras sociais que se restringe a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (DINIZ et al., 2009).

Tratando-se especificamente da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), destaca-se o Decreto nº 7.611/2011, que define o AEE como conjunto de recursos e serviços de acessibilidade, oferecido de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e que, necessariamente, deve estar contemplado no projeto político pedagógico da escola.

Na conjuntura dos marcos normativos, é importante também destacar a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa

com Deficiência), que trata dos direitos humanos fundamentais para este segmento e reafirma o princípio constitucional do direito à educação. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como um direito humano fundamental e condição necessária para a formação dos sujeitos de direitos.

A ampliação da participação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na sociedade e, em especial nas instituições escolares, demanda da educação superior a reformulação dos processos formativos, de modo a inserir nos currículos das diferentes áreas do conhecimento disciplinas que tratem das especificidades do alunado da educação especial.

Poker, Valentim e Garla (2017) destacam que os cursos de licenciatura, em especial o de Pedagogia, não têm conseguido preparar os futuros professores para atenderem as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de reestruturação curricular do curso de forma a priorizar a relação entre as disciplinas que tratam de conteúdos da educação especial e as demais, além da inserção de oportunidades de estágio em salas de aulas inclusivas para aprimorar a formação do pedagogo. Para Glat e Pletsch (2010, p.349):

[...] o grande desafio posto para as universidades é formar profissionais/educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade humana.

Isto posto, Araújo (2017), afirma ser fundamental que aconteça uma modificação na concepção educacional brasileira existente, bem como na formação de professores, que segue uma estrutura tradicional. Para a autora, para que essa formação ocorra, é necessária a “oferta de subsídios teóricos e práticos para proporcionar sujeitos críticos-reflexivos para pensar, criar e recriar estratégias para uma escola inclusiva” (idem, 2017, p.114).

Nessa direção, a Resolução N° 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, alinhada à perspectiva da educação inclusiva, afirma em seu Art. 13, § 2°:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Diante do cenário complexo que caracteriza a formação de professores, Martínez Lirola e Crespo Fernández (2009) reiteram a necessidade de uma profunda reestruturação do trabalho docente na universidade, contemplando aspectos

relacionados à organização curricular, às estratégias de aprendizagem, aos modelos de avaliação e aos demais fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem que são promovidos/desenvolvidos nas instituições de educação superior.

Dentre as estratégias que favorecem a organização de metodologias de ensino participativas e dialógicas, a tutoria tem se apresentado como possibilidade para promover a motivação, a autonomia e a interação entre os estudantes e professores, a fim de superar a tradicional estrutura hierárquica que tem caracterizado o espaço acadêmico.

### **3 | CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA**

A disciplina ENEE vincula-se ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, possui 60 horas de duração e integra o currículo do curso de graduação de Pedagogia como disciplina obrigatória. Também é ofertada como optativa para os cursos de Língua Portuguesa e Literatura, Língua Espanhola, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Matemática, Física, Química, Química Tecnológica, Computação, Ciências Naturais e História. Além disso, ela se encaixa na modalidade módulo livre para os demais cursos da UnB.

A disciplina apresenta como objetivo geral compreender e contextualizar a educação especial e suas implicações na construção do paradigma da inclusão na sociedade atual e apresenta a seguinte ementa: análise das perspectivas da educação especial e inclusiva face ao contexto histórico, sociopolítico, cultural e educacional atual; o conceito de necessidades educacionais especiais; as premissas educacionais, programas e sistemas de apoio para as pessoas com necessidades educacionais especiais; a formação do(a) profissional da educação e seu papel frente à diversidade. Tais objetivos se adequam aos saberes necessários de um profissional da educação, uma vez que:

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão. (MIRANDA e FILHO, 2012, p. 139)

Trata-se, pois, de um curso fundamental para a formação de professores e de profissionais de diferentes áreas, haja vista que trabalha os fundamentos da educação especial e inclusiva e estuda as necessidades educacionais específicas de estudantes público da educação especial, bem como serviços e recursos de acessibilidade para promoção da autonomia destes sujeitos.

A tutoria visa, portanto, a otimização na formação dos graduandos, viabilizada pelo apoio aos discentes, pela qualificação do processo educativo e pela organização

de uma dinâmica de construção do conhecimento participativa e dialógica entre alunos, tutores e professores. Nas palavras de Martins (2007, p.3), trata-se de uma “[...] metodologia de ensino com sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais, que se efetiva por meio de grupos de aprendizagem, constituídos por estudantes, sob a orientação de um professor tutor.” Para Simão et al (2008, p.77), a tutoria promove: “[...] o desenvolvimento integral dos estudantes, nas suas dimensões intelectual, afetiva, pessoal e social”.

Portanto, a tutoria se desenvolve como um recurso alternativo, visto que o reconhecimento dos processos pedagógicos no ensino superior e a busca por alternativas capazes de ponderar as vivências humanas e a realidade social são estratégias que favorecem a capacidade de enfrentamento das dificuldades vividas que vão além do contexto escolar (ZEICHNER apud PIMENTA, 2005)

A ação de tutoria nesta disciplina justifica-se pela necessidade de qualificar o processo formativo de professores e profissionais de diferentes áreas por meio da proposição de uma metodologia participativa e de pesquisa, que aproximem os estudantes do contexto da educação básica e das vivências e trajetórias das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação e transtornos funcionais específicos.

A dinâmica da disciplina prevê a realização de visita de campo às escolas inclusivas do Distrito Federal, o contato com estudantes universitários que experienciam a condição de deficiência, a elaboração de recursos audiovisuais e pedagógicos acessíveis para estudantes da educação básica e a adaptação e produção de materiais acessíveis para estudantes com deficiência da UnB. Nesse sentido, foi realizada a ampliação da equipe de suporte aos estudantes matriculados na disciplina de O Educando com Necessidades Educacionais Especiais, por meio da composição de uma equipe com tutoras para realizar o apoio ao processo de aprendizagem dos alunos e a mediação com as professoras que ministram a disciplina.

Com o intuito de dinamizar o acesso dos estudantes às atividades propostas durante o semestre, a equipe de tutoria desenvolveu uma metodologia de organização utilizando ferramentas de plataformas online, com o objetivo de que toda a turma tivesse acesso ao conteúdo e às informações. Assim, foi criado um e-mail da turma, e, através dele, utilizou-se o serviço de armazenamento e sincronização de arquivos na nuvem para fazer a organização do plano de aula da disciplina, como textos e vídeos, sendo disponibilizados em pastas. Seguem, abaixo, registros dos recursos pedagógicos desenvolvidos na disciplina ENEE:



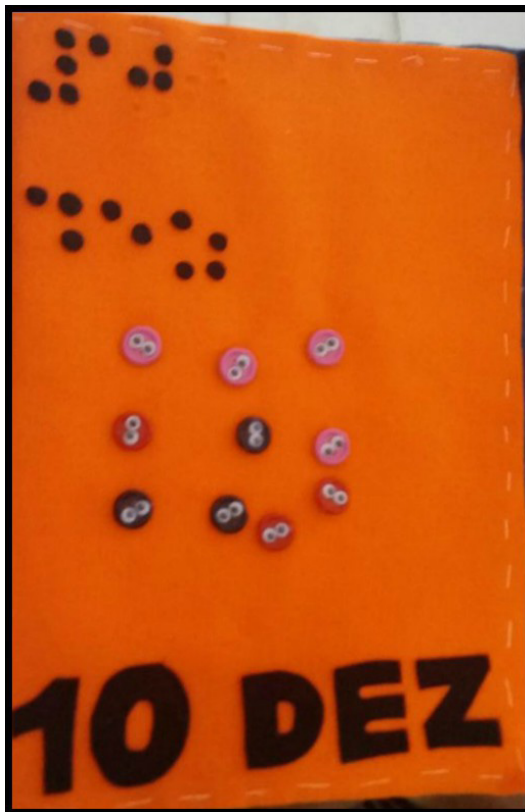


Imagem 1: Recurso pedagógico elaborado por um dos grupos responsáveis pela Coordenação Temática da Deficiência visual, sob a supervisão das tutoras.

Fonte: Arquivo Tutoria (2018)

Descrição: Imagem colorida de uma página do livro, construído com feltro, sobre os números no Sistema Braille. Nesta página se trabalha o número 10 (dez). Na parte superior está escrito dez em numeral e por extenso em Braille, e na parte inferior, em números cardinais e por extenso em língua portuguesa. No centro da página, há vários botões para grudar na página, desse modo, o objetivo da atividade é quantificar o número 10 utilizando esses botões.



Imagem 2: Recurso pedagógico elaborado por um dos grupos responsáveis pela Coordenação Temática da Surdocegueira, sob a supervisão das tutoras.

Fonte: Arquivo Tutoria (2018)

Descrição: Imagem colorida, dividida em quatro fotografias, sobre o recurso pedagógico construído para a coordenação temática sobre surdocegueira. A primeira, no canto superior esquerdo, possui um relógio análogo diferente, ao invés de números estão escritos palavras como cola, lápis, copo, papel, flor, bola, etc. Na segunda, no canto superior central, há o alfabeto em língua portuguesa e em LIBRAS desenhado em preto e branco. Na terceira, no canto superior direito, há o alfabeto no Sistema Braille, com as celas impressas, de forma que as que correspondem ao símbolo estão em alto relevo. Na última fotografia, na parte abaixo das demais, está o recurso completo, com o relógio, os alfabetos, os materiais que estão no relógio e o manual. Assim, o jogo funciona da seguinte forma, o professor irá rodar o relógio e onde o ponteiro parar, o estudante deverá ser conduzido pelo professor a sentir o objeto correspondente e após deverá escrever com o sistema Braille o nome do objeto e realizar a datilografia e o sinal em LIBRAS.

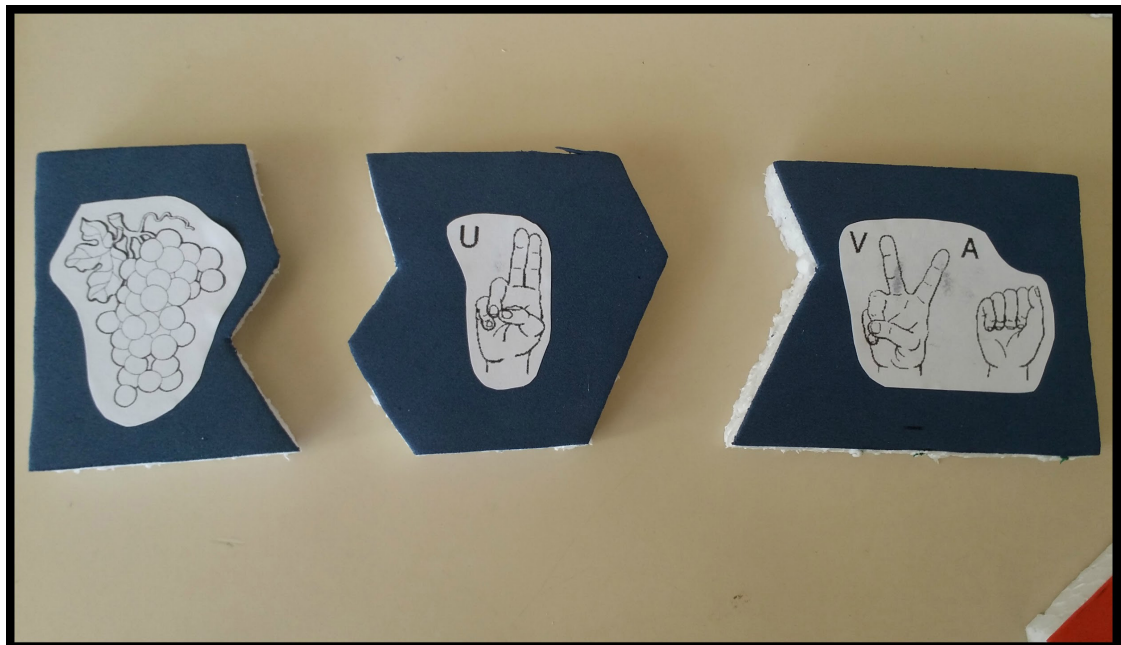


Imagem 3: Recurso pedagógico elaborado por um dos grupos responsáveis pela Coordenação Temática da Deficiência auditiva e surdez, sob a supervisão das tutoras.

Fonte: Arquivo Tutoria (2018)

Descrição: Imagem colorida com três peças de quebra-cabeça separadas com fundo azul. A primeira peça tem a imagem de uma uva. A segunda peça tem a imagem da letra “U” maiúscula e do sinal da letra “U” em Libras. A terceira peça tem a uma imagem das letras “V” e “A” maiúsculas e dos sinais das letras “V” e “A” em Libras.

Aequipe de tutoria desenvolveu, também, as seguintes atividades: a) levantamento de produção científica atualizada na área de educação especial/inclusiva; b) apoio para organização do ambiente virtual de aprendizagem e de comunicação com os estudantes da disciplina; c) participação no processo de sistematização da metodologia de trabalho da disciplina; d) levantamento das escolas públicas do Distrito Federal que possuem estudantes da educação especial incluídos na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; e) identificação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em cursos de graduação da Universidade de Brasília; f) correção antecipada às aulas de materiais que seriam apresentados, oferecendo o suporte necessário fora de sala; g) participação de oficina para adaptação e produção de materiais acessíveis; h) organização dos grupos de trabalho com os estudantes matriculados na disciplina e orientação das atividades que serão desenvolvidas nas aulas teóricas, práticas e nos trabalhos de campo; i) participação nas reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades de tutoria; j) elaboração ficha avaliativa para os grupos árbitros para as oficinas temáticas; participação na roda de conversa com estudantes da UnB; k) apoio aos estudantes para as produções de recursos audiovisuais, recursos pedagógicos e tecnologias para cada coordenação temática; l) apoio aos estudantes sobre o trabalho de campo das escolas inclusivas do Distrito Federal; m) apoio aos

estudantes para contato com os estudantes com deficiência da UnB; n) apoio aos estudantes dos grupos árbitros.

A seguir, foram destacadas algumas falas dos estudantes entrevistados relacionadas à organização da disciplina, à experiência formativa na disciplina de ENEE e à atuação das tutoras. Sobre o primeiro ponto ressaltado:

Mariana: Então, a organização dos grupos e os tipos de atividade foi muito interessante também essa questão de construir o recurso pedagógico, essa questão de tecnologia assistiva, eu achei super legal. [...] foi muito legal assim, pensar em cada tema, pensar em cada recurso, pensar no recurso dos colegas poder opinar também sobre, então foi bem interessante achei muito legal a divisão como os grupos foram divididos

Bruna: a experiência na matéria foi muito construtiva para minha formação, os textos e a maneira de executar os seminários atraíram a minha atenção de maneira intensa. Após a conclusão da matéria consegui consolidar um pensamento mais claro do quanto é necessário a inclusão em sala de aula e a variabilidade de recursos didáticos, não apenas para os alunos com necessidade especiais, mas todos os presentes por serem seres autênticos com facilidades e dificuldades específicas.

De acordo com os estudantes, é possível perceber a importância da articulação entre a teoria e a prática no processo formativo, que deve ser prevista no planejamento da disciplina. Assim, devido às contribuições do apoio tutorial, considerado um complemento à atividade docente, se tornou possível promover resoluções de impasses em sala de aula, favorecendo a melhoria do rendimento acadêmico, do hábito de estudo e da convivência entre os colegas (PÉREZ, 2017).

A organização da disciplina foi pensada para além do domínio de conteúdo na formação profissional, pois se expressa também na necessidade de diálogo entre universidade e comunidade. A abordagem dos temas e as escolhas didáticas de exploração do conteúdo e avaliação exigem flexibilidade, reconhecida como “outra teoria educacional e uma opção filosófica que valoriza os atores educativos, o desenvolvimento contextualizado das práticas educativas, a autonomia da instituição, do professor e do aluno” (PEREIRA e CORTELAZZO, 2003, p. 119).

Sobre a experiência formativa na disciplina de ENEE, destacam-se as seguintes falas:

Marta: [...] foi muito rica, é uma área que até então não tinha tido nenhuma experiência na graduação. É... faço terapia ocupacional [...]. É um público que também faz parte dos nossos atendimentos e... visto que eu tô no final da graduação e até então nunca tive nenhuma disciplina nessa parte educacional mesmo, com pessoas com necessidades especiais foi ótimo! Assim... aprendi bastante coisa acho que foi muito interessante esse semestre.

Dalila: A disciplina foi um divisor de águas em minha formação acadêmica e também na minha vida pessoal. Ela mostrou que por diferentes meios todas as pessoas podem aprender e que a educação tem um caráter social maior do que o senso comum imagina. Seu maior mérito é reconhecer que todas as pessoas e, em especial aquelas que possuem necessidades especiais, são detentoras de direitos e merecedoras da atenção do Estado em sua prestação de serviços.

Destaco também que a disciplina permitiu perceber a grandiosidade do trabalho dos professores que atuam como pontes entre as famílias e a sociedade civil.

Conforme as falas das entrevistadas, é notório que a educação especial na perspectiva da inclusão é recente e está sendo progressivamente adotada na formação e capacitação de profissionais para que se torne uma realidade. Congruente a isso, na educação superior a inclusão e os direitos humanos devem ser praticados transversalmente ao conhecimento científico perpassando em todas as áreas de conhecimento.

Para Carvalho (2005, p.5), a elucidação da educação inclusiva contempla a verdadeira democratização educacional e reforça as conquistas e os direitos das pessoas com deficiência, favorecendo aos futuros profissionais que “ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade”.

E, por fim, sobre a atuação das tutoras:

Dalila: As tutoras tiveram papel importante na intermediação dos diálogos entre a professora e os alunos. Além disso favoreceram a compreensão das atividades relativas aos grupos de trabalho por necessidades educacionais específicas, estiveram sempre presentes e disponíveis, ajudaram na busca de textos complementares, nas revisões dos slides, nas formalidades para realização das visitas e na checagem dos materiais didáticos produzidos. Elas contribuíram ativamente para o melhor desempenho do curso.

Na perspectiva dos participantes da pesquisa, a atividade de tutoria contribuiu para uma formação integral dos discentes, funcionando como um suporte ao processo de aprendizagem do aluno. Desse modo, destacam-se as funções de apoio, orientação, incentivo e assistência aos alunos público-alvo da tutoria. (MIRABAL; CABALLERO, 2018).

A tutoria permitiu o conhecimento expansivo e construído a partir de um processo gradual e sincrônico. O desenvolvimento das atividades durante o semestre viabilizou a continuidade do interesse pelo debate da educação especial/inclusiva, tornando oportuna a elaboração de produção de recursos pedagógicos e recursos audiovisuais acessíveis.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A troca de aprendizado oportunizada pela tutoria reforçou os princípios da educação inclusiva, por meio da convivência entre pares, do respeito às diferentes visões de mundo e experiências, do reconhecimento de diferentes perfis de aprendizagem e comprometimento entre os integrantes dos grupos. Assim, a comunicação das tutoras com os alunos surtiu efeitos positivos, tornando o conhecimento expansivo e construído a partir de um processo gradual e sincrônico. O desenvolvimento das atividades durante o semestre viabilizou a continuidade do interesse pelo debate da educação especial/inclusiva, tornando oportuna a elaboração de produção de recursos

pedagógicos

Pode-se afirmar, também, que ação da tutoria foi realizada de forma complementar e articulada à atuação docente, o que possibilitou a ampliação da indicação de fontes de pesquisa como artigos científicos, livros, filmes, documentários, bem como de instituições escolares de referência na organização da educação inclusiva no sistema de ensino.

Outro aspecto a ressaltar é a contribuição da tutoria na orientação individual e coletiva da dinâmica de construção do conhecimento da disciplina, favorecendo aos estudantes de graduação autonomia, criatividade e a prática da pesquisa. Assim, a comunicação das tutoras com os alunos surtiu efeitos positivos, tornando o conhecimento expansivo e construído a partir de um processo gradual e sistêmico. Por fim, sugere-se que as instituições de educação superior invistam em estratégias inovadoras de construção do conhecimento, a partir da implementação de metodologias participativas, a exemplo da tutoria.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?**. In: Fávero, O.; FERREIRA, W., IRELAND, T., BARREIROS, D. (Orgs). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-23.

ARAÚJO, P. C. M. A. **Considerações sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar**. In: Educação, Artes e Inclusão. v. 13, n. 3. Santa Catarina: UDESC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o

atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos.** v. 6. n. 11, dez-2009. p. 65-77.

FALVEY, M.A.; GIVNER, C.C.; KIMM, C. (1995). **What Is an Inclusive School?** In R.A. Villa and J.S.Thoudand (Ed.): *Creating an Inclusive School* (pp. 1-12). Alexandria: ASCD

FOREST, M.; PEARPOINT, J. (1992). **Putting all kids on the MAP.** *Educational Leadership*, 44(3), 26-31.

GEIB, L. T. C. et al. A tutoria acadêmica no contexto histórico da educação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 2, p.217-220, mar./abr. 2007.

GLAT, R. & PLETSCH, M. D. (2010). O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 23(38), p. 345-356

MARTÍNEZ LIROLA, María; CRESPO FERNÁNDEZ, Eliecer. La tutoría universitaria en el modelo de la convergencia europea. In: GÓMEZ LUCAS, C., GRAU COMPANY, S. (coord.). **Propuestas de diseño, desarrollo e innovaciones curriculares y metodológicas en el EEES.** Alicante: Universidad de Alicante, 2009. p.451-466. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/279481900\\_La\\_tutoria\\_universitaria\\_en\\_el\\_modelo\\_de\\_la\\_convergencia\\_europea](https://www.researchgate.net/publication/279481900_La_tutoria_universitaria_en_el_modelo_de_la_convergencia_europea)>. Acesso em 01 fev. 2019.

MARTINS, Iguatemy Lucena. **Educação Tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET.** Brasília: Ministério da Educação. 2007a.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 19 fev. 2019

MIRABAL, Diane González; CABALLERO Gustavo Esteban Achiong. La labor tutorial y su impacto en la formación científico-investigativa inicial del docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 44, mar. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100442&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100442&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

PEREIRA, E. M. de A.; CORTELAZZO, A.L. (2003). Flexibilidade curricular: a experiência em desenvolvimento na Unicamp. **Avaliação**. Campinas, vol.7,n.4,pp.115-128.

PÉREZ, I. R.. La calidad de la educación superior y la reestructuración del programa de tutoría / The quality of higher education and the restructuring of the tutoring program. **Ride Revista Iberoamericana Para La Investigación y El Desarrollo Educativo**, [s.l.], v. 8, n. 15, p.1-20, 2017.

PIMENTA, S. G. (Org) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. In: PIMENTA S. G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. n. 33. Curitiba: UFPR, 2009.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, vol. 11, n. 3, p.876-889, set./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2016/645>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SIMÃO, A. M. Veiga; FLORES, M. A.; Fernandes, S.; FIGUEIRA, C.. Tutoria no Ensino Superior: concepções e práticas. Sísifo - **Revista de Ciências da Educação**, Coimbra, n. 7, p. 75-88, set./dez. 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia**. Brasília: Faculdade de Educação, 2002.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-431-3

